

A Participação Feminina no Agronegócio: O Caso da Coopavel – Cooperativa Agroindustrial de Cascavel

Female Participation in Agribusiness: The Case of Coopavel – Cooperativa Agroindustrial Cascavel

Ivanete Daga Cielo ¹
Keila Raquel Wenningkamp ²
Carla Maria Schmidt ³

Resumo

A contribuição das mulheres no agronegócio nacional ainda é uma temática pouco explorada no âmbito acadêmico, bem como pouco percebida pelos agentes econômicos e políticos do país, muito embora as mulheres tenham cada vez mais participado decisivamente para o aumento da competitividade do setor. Neste contexto, o objetivo deste trabalho é identificar e compreender o processo de inclusão e participação das mulheres no agronegócio do Oeste paranaense. Para tanto, utilizou-se da abordagem qualitativa e do método de estudo de caso, sendo que o objeto de estudo foi a Coopavel - Cooperativa Agroindustrial de Cascavel. A partir dos dados coletados é possível inferir que apesar da existência de diversas barreiras à inserção feminina no agronegócio, a maior participação e engajamento da mulher nas diversas atividades agrícolas é uma forte tendência. Assim, a exemplo da Coopavel, as ações voltadas à inserção da mulher no *agribusiness* mostram que os ganhos em termos de competitividade e produtividade do setor tendem a aumentar.

Palavras-chave: Mulheres. Mercado de trabalho. Agronegócio.

¹ Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, professora assistente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Brasil. Contato: ivacielo@unioeste.br

² Secretária Executiva formada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. Brasil, Contato: sebkeila@hotmail.com

³ Doutora em Administração pela FEA/ USP. Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, Brasil. Contato: c.m.schmidt@bol.com.br

Abstract

The woman's contribution in agribusiness is still an unexplored topic in the academic as well as some perceived by economic agents and politicians in the country. However, women have increasingly participated decisively to increase the sector's competitiveness. In this context, the aim of this paper is to identify and understand women's process inclusion and participation in the agribusiness of western Paraná. Therefore, this study used a qualitative approach and a case study from Coopavel – Cooperativa Agroindustrial de Cascavel. It was concluded that, despite the existence of several barriers to women's inclusion in the agribusiness and that their real contribution to economic production agriculture is still sometimes underestimated, greater women's participation and involvement in several agricultural activities is a strong trend. Thus, considering the Coopavel example, the actions directed at women's integration in agribusiness show that the gains in terms of productivity and competitiveness of the sector tend to increase.

Key words: Women. Job Market. Agribusiness.

1 Introdução

A contribuição das mulheres no agronegócio nacional ainda é uma temática pouco explorada no âmbito acadêmico, bem como, pouco percebida pelos agentes econômicos e políticos do país. No entanto, a mulher tem cada vez mais assumido papel decisivo na produção de alimentos, tanto em âmbito nacional quanto mundial.

Estudos da *Food and Agriculture Organization* - FAO (2012) apontam que as mulheres são responsáveis pela produção de mais da metade dos alimentos que chegam às mesas em todo o mundo; apontam ainda que nos países menos desenvolvidos, a presença das mulheres na economia agrícola é maior, sendo que mais de 70% das mulheres economicamente ativas trabalham na agricultura.

Na África, mulheres executam 80% dos trabalhos domésticos rurais e fornecem quase 90% da madeira destinada ao consumo das famílias, e ainda, 70% de madeira destinada à venda. No Caribe e na África subsaariana, as mulheres produzem até 80% dos gêneros alimentícios básicos. Vale destacar que na África, as mulheres asseguram 60% da economia informal, constituem cerca de 70% de toda a mão de obra agrícola e produzem 90% da comida (FAO, 2012).

Todavia, o papel da mulher nas atividades agrícolas, não se restringe a produção e comercialização de alimentos. Além do trabalho no campo, observa-se também sua atuação nas mais distintas funções ao longo da cadeia produtiva do agronegócio. Como exemplo tem-se a atuação feminina como executivas em empresas agroindustriais, enquanto docentes em cursos voltados à área, à frente de pesquisas para o desenvolvimento de novas tecnologias agrícolas e ainda, nos distintos órgãos públicos voltados às questões do *agribusiness*.

Estudos de Mourão (2011) e Karam (2004) apontam para o crescimento da atuação feminina no processo decisório tanto na lavoura quanto na administração do campo, o que se traduz em maior poder de influência para a condução dos negócios rurais e maior destaque no cenário do agronegócio. Para Karam (2004) a mulher que está participando de alguma forma da agricultura desempenha um papel fundamental em todo o processo.

No campo da produção, as mulheres têm sido precursoras dentro da unidade familiar, assumindo os desafios impostos pela inovação tecnológica. Ao mesmo tempo, elas põem em prática saberes adquiridos com outras gerações, uma vez que a própria qualificação das

mulheres residentes em zonas rurais no Brasil ainda é muito baixa, se comparada com países desenvolvidos.

Dados apresentados por Cielo, Alves e Lima (2011) sobre a participação das mulheres no total do emprego formal no Paraná, entre os anos de 1985 e 2010, apontam para um crescimento de aproximadamente 5% de participação feminina nos setores da agricultura, silvicultura, criação de animais e extrativismo vegetal durante o período analisado. Porém, esse índice favorável poucas vezes vem acompanhado de condições de desenvolvimento e crescimento para as mulheres que atuam nas áreas rurais. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Mundial (2008), comparativamente aos homens, as mulheres enfrentam diversas desvantagens, tais como baixos salários no trabalho agrícola, falta de acesso a terra, falta de capital para despesas correntes, tecnologia e canais de comercialização.

Outro tipo de dificuldade enfrentada pelas mulheres que atuam no setor agrícola é a divisão do trabalho. De acordo com Brumer e Freire (1983/1984), ao homem cabe geralmente às atividades que requerem maior força física, o uso de maquinário agrícola mais sofisticado, além das funções de gerenciamento das propriedades. À mulher, de um modo geral, compete executar tanto as atividades mais rotineiras, ligadas a casa ou ao serviço agrícola, como as de caráter mais leve, a exemplo do trato de animais e a ordenha de vacas.

Paulilo (1987) chama a atenção para a divisão do trabalho rural ao afirmar que as mulheres normalmente ocupam uma posição de subordinação aos homens na esfera produtiva dos estabelecimentos agropecuários, executando tarefas consideradas apenas como de ajuda. Além disso, o trabalho feminino nessa esfera permanece praticamente invisível, uma vez que em poucas oportunidades transacionam com bancos, sindicatos, cooperativas, firmas vendedoras de insumos e outros, detêm pouco ou nenhum conhecimento tecnológico necessário para administrar o estabelecimento e raramente administram os recursos originados com a venda da produção.

No entanto, mesmo com as inúmeras discrepâncias entre gêneros no meio rural e dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho, a crescente participação feminina na agropecuária é uma tendência, assim como é fato o aumento da sua atuação em todos os setores produtivos. De acordo com Zylbersztajn (1995) entender e se atentar para tendências são fatores imprescindíveis para aumentar a competitividade do setor do agronegócio. Isto porque sistemas capacitados a obter melhores informações, capazes de prever as tendências e reorganizar as relações contratuais em direção ao novo alvo, são aqueles que podem ser considerados mais competitivos.

Sendo assim, autores como Mourão (2011) e Karam (2004) consideram que a compreensão do papel desempenhado pelas mulheres que atuam de alguma forma, nas atividades relacionadas ao agronegócio é um dos fatores imprescindíveis para aumentar a competitividade do setor.

Nesse contexto, o presente estudo objetiva identificar e compreender o processo de inclusão e participação das mulheres no agronegócio do oeste paranaense. Considerando a escassez de ações voltadas à temática, metodologicamente optou-se pela elaboração de um estudo de caso sobre as ações desenvolvidas pela Coopavel Cooperativa Agroindustrial de Cascavel, no Paraná. A opção pela Coopavel justifica-se pela gama de ações voltadas ao desenvolvimento e inserção feminina no agronegócio que essa agroindústria vem desenvolvendo, trabalhando tanto com as cooperadas quanto com esposas e filhas de associados, visando, além do desenvolvimento pessoal das mulheres do campo, o aumento da competitividade do setor.

Cabe salientar que o cooperativismo na Região Oeste do Paraná é considerado um dos mais representativos do Brasil, uma vez que responde por 60% da produção agrícola, 70% da avicultura, 70% da suinocultura e relevante participação na produção de leite e vegetais. Além disso, 80% das agroindústrias da região pertencem às cooperativas. A Coopavel, inserida

neste contexto desde 1970, possui filiais em 18 municípios do Oeste e Sudoeste paranaense e integra mais de 3.000 associados que produzem grãos, leite, aves, suínos e bovinos, entre outras diversificações (GROLI, 2005).

Em termos de estrutura, além da presente seção, este artigo é composto por mais quatro seções centrais. Na segunda seção será contextualizada a participação feminina no mercado de trabalho e de modo específico no agronegócio, com base nas literaturas específicas ao tema. Na terceira seção serão traçados os procedimentos metodológicos da pesquisa. Na quarta seção serão apresentados os resultados, o estudo de caso, bem como as discussões baseadas no levantamento desenvolvido. Por fim, na quinta e última seção serão expostas as conclusões alcançadas pelo artigo.

2 Referencial teórico

2.1 A inserção feminina no mercado de trabalho

A atuação feminina no mercado de trabalho, impulsionada pelo desenvolvimento econômico e aumento dos índices de escolaridade, aliado a mudanças demográficas e sociais alterou-se significativamente nas últimas décadas. Assim, o trabalho feminino, considerado sem valor produtivo e voltado em sua maioria às atividades que garantiam a manutenção da estrutura familiar, como cuidar dos filhos e do marido, e demais atividades domésticas passa a ter nova conotação, participando de forma efetiva do sistema produtivo (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

De acordo com Bruschini (2007) a partir da década de 1970, com os movimentos feministas, as reivindicações pelo reconhecimento do papel e do espaço que a mulher ocupava na sociedade ficaram mais constantes, propiciando maior participação das mulheres nos distintos espaços públicos. É fato que, num primeiro momento, a admissão das mulheres no sistema produtivo deu-se, principalmente, através de atividades laborais que podiam ser desenvolvidas no ambiente familiar ou domiciliar, evoluindo gradativamente ao longo dos anos. Hoje, é perceptível a maciça participação feminina em todos os setores econômicos, não apenas como conotação de complemento de renda familiar, mas como responsáveis pelo aporte financeiro de um número significativo de lares brasileiro.

A inserção da mulher no mercado de trabalho, além de questões econômicas também foi impulsionada por questões demográficas, tais como: redução da taxa de fecundidade; redução do tamanho das famílias; envelhecimento da população, com maior expectativa de vida às mulheres e; acentuado crescimento de arranjos familiares chefiados por mulheres. Aliados aos aspectos demográficos, outros fatores contribuíram para a alteração da identidade feminina, entre eles, as mudanças nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher, a expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades (BRUSCHINI, 2007).

Isso demonstra que nas últimas décadas as mulheres ampliaram seu espaço e atuação no mercado de trabalho, atuando em distintos setores econômicos. No entanto, essa massiva inserção feminina não foi suficiente para reduzir as desigualdades de gênero existentes, tanto em relação à divisão do trabalho quanto a questões de remuneração. De acordo com os dados do IBGE (2012) o rendimento médio da mulher brasileira, mesmo possuindo melhor grau de escolaridade, equivale a 72,3% da renda média dos homens, ou seja, o salário das mulheres permanece 28% inferior aos dos homens.

Destarte que, além das desigualdades em relação à remuneração, o papel da mulher no mercado de trabalho está intrinsecamente vinculado a uma inserção desigual em termos de setores de atuação. Mesmo sendo a maioria na população ativa (representada por pessoas com

dez anos ou mais de idade), as mulheres são minoria em quatro dos seis principais ramos da economia: indústria, construção, comércio e serviços prestados a empresas. Profissionais do sexo feminino são maioria somente em cargos de administração pública e serviço doméstico (IBGE, 2012).

No setor agropecuário, a exemplo de demais setores econômicos, a inserção feminina se dá de maneira tímida, pois apenas 13,2% da população economicamente ativa (PEA) do gênero feminino atuam no setor (IBGE, 2012), reforçando a cultura econômica centrada no poder masculino. O viés de gênero que se faz presente nas definições de postos de trabalho, nas políticas públicas e nas responsabilidades familiares fazem com que as mulheres enfrentem barreiras no campo profissional. Esse cenário torna-se mais evidente nas atividades relacionadas ao *agribusiness*, foco de discussão da seção subsequente.

2.2 Participação da mulher no agronegócio

Em um cenário, em que apesar de tímido, o crescimento da população economicamente ativa feminina é visível, torna-se importante destacar a inserção da mulher no mercado de trabalho do agronegócio. Ou seja, por mais que seja evidente que as mulheres ainda sofrem com a desigualdade de gêneros, como visto anteriormente, há a consciência e uma forte tendência para a maior participação da mulher no agronegócio brasileiro.

De acordo com Vidal (2011) são dois os paradigmas que predominam e que norteiam as análises associativas em estudos que tratam do trabalho feminino no agronegócio, sendo eles, o da interdependência e o da divisão subalterna. O primeiro caso é vinculado às sociedades rurais menos capitalizadas e que conservam fundamentalmente seu caráter camponês; além disso, que deixam transparecer a tradicionalidade de seus sistemas produtivos sustentados pela interdependência e complementaridade de trabalhos distintos realizados por mulheres e homens nas unidades. Já o segundo paradigma se baseia na divisão sexualizada do trabalho, interpretada como o controle do homem sobre a capacidade da mulher com o objetivo de perpetuar o desigual acesso aos meios de produção; assim, constituem as relações de dependência do trabalho rural feminino ao padrão decidido pelo homem, seja ele cônjuge ou não.

Claramente são diversos os desafios que as mulheres perpassam para o seu reconhecimento no setor do agronegócio. Mas, apesar das dificuldades, elas vêm conquistando seu espaço, de forma a suplantar a baixa participação nesse setor. Conforme o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Estado do Paraná (SENAR-PR, 2009), cada vez mais as mulheres se destacam no cenário do agronegócio brasileiro.

A sua presença é constante em várias atividades: nas plantações, nas salas de ordenha, sobre as máquinas agrícolas, em rodadas de negócios, e ainda, em frente ao computador para acompanhar as condições climáticas ou as cotações do dia. Isso comprova que, assim como em outros segmentos da sociedade, o setor agropecuário também tem possibilitado a inserção do gênero feminino.

Rosa (2012) aponta que tal é o reconhecimento e importância dados à participação da mulher nesse setor que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) possui um departamento específico para o atendimento às agricultoras, denominado Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (DPMR). Esse departamento tem entre os principais projetos: o Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais, o Pronaf Mulher, o Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais e a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para mulheres.

Percebe-se que o MDA é um dos órgãos que está lutando por maior inserção feminina no agronegócio. Ele atua no repasse de recursos aos estados para promover projetos de acesso das mulheres rurais e suas organizações produtivas à documentação civil e jurídica, implementação de mecanismos de formalização, qualificação de seus processos de gestão e comercialização e participação na gestão social de Territórios Rurais/Identidade ou da cidadania. Ou seja, projetos que contribuam para o fortalecimento de organizações produtivas de mulheres rurais e que objetivam ampliar a articulação com os governos estaduais para fomentar políticas para as mulheres rurais, como forma de consolidar e ampliar a abrangência destas políticas (ROSA, 2012).

Para Mesquita (2012) a ampliação e fortalecimento da atuação feminina no campo é fruto de políticas governamentais aliadas à implantação de agroindústrias familiares. Isto é, com as agroindústrias, as mulheres passaram a realizar a maior parte do trabalho, aquele que é mais rotineiro e constante. Mesmo assim já é perceptível e em número crescente a participação das mulheres na comercialização e no gerenciamento financeiro das agroindústrias, muito embora esse ainda seja um campo de atuação predominantemente masculino.

“A participação da mulher ganha um papel muito importante na esfera produtiva isto porque, a tradição artesanal na confecção de produtos, marca em muitos casos o ponto de partida para a ampliação da atividade em termos de escala e rearranjo do trabalho” (MESQUITA, 2012, p.10).

Torna-se visível que a atuação da mulher no campo coexiste com a sua participação nos outros segmentos ao longo do sistema. Elas atuam na produção; na comercialização, mesmo que de forma ainda exígua; cresce o número de mulheres que participam de cooperativas e também seu papel de comando da agroindústria.

Quanto às cooperativas, as estatísticas do Sistema Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) demonstram que as mulheres representam cerca de 30% dos cooperados e 40% do quadro de empregados das cooperativas brasileiras. Isto é, são 7.672 cooperativas, com 7,6 milhões de associados e com 251 mil funcionários. Ao analisar a presença de dirigentes mulheres por região, essa proporção ainda é pequena, destacando-se a Região Sudeste, mas com tendência de crescimento em todas as regiões (CIROLINI; NORO, 2008).

De acordo com Cirillo (2012), dados do MDA revelam que 23% das famílias brasileiras que, de alguma forma, estão ligadas ao agronegócio possuem liderança feminina. Como complemento, Rosa (2012) cita que estudos sobre o número crescente de mulheres na gestão do agronegócio mostram que somente no Brasil, 27% dos cargos de liderança são ocupados por mulheres.

Além disso, dados da FAO ainda apontam que no ano de 2007, as mulheres representavam 41% do emprego total na agricultura no mundo; que em 15 países da União Europeia, as mulheres são proprietárias de 20% das terras agrícolas. Somado a esses dados, na África, as mulheres executam 80% dos trabalhos domésticos rurais (CIRILLO, 2012). Portanto, pode-se inferir que a atuação da mulher é imprescindível, em todas as culturas, para se manter à tona a produção mundial de alimentos e que sua participação é crescente nos diversos segmentos do setor agroindustrial, desde a lavoura até a gestão dos negócios. Nesse sentido, entende-se que as firmas do setor agroindustrial, atentas a essa realidade, devem inserir e promover ações e estratégias voltadas às mulheres do setor.

3 Procedimentos metodológicos

Em termos metodológicos, este estudo pode ser definido como uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa. Para Richardson (2007) os estudos que empregam uma abordagem

qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, além de possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Em relação à pesquisa descritiva, Gil (1999) entende que esta procura delinear características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados. Ou seja, por meio de uma população existente verifica-se uma ou mais características através da coleta e análise dos dados relevantes e necessários ao desenvolvimento do estudo.

A principal estratégia metodológica utilizada para esta pesquisa foi o estudo de caso desenvolvido na empresa Coopavel Agroindustrial, localizada na cidade de Cascavel, região Oeste do Paraná. Goldenberg (2003, p. 33) afirma que “o estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa com o objetivo de aprender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto”.

Lazzarini (1998) alerta para o fato de que estudos de casos não são indicados a todo tipo de pesquisa, uma vez que se pode incorrer em falhas analíticas ao se generalizar situações particulares. No entanto, o autor menciona algumas situações em que um estudo de caso é uma ferramenta de pesquisa adequada. Entre essas estão situações em que os temas analisados são contemporâneos e abrangentes e quando o foco maior é na compreensão dos fatos e não em sua mensuração. Sob esse prisma, o estudo de caso torna-se adequado a presente pesquisa, uma vez que o objetivo é identificar e compreender o processo de inclusão e participação das mulheres no *agribusiness*.

Para a elaboração do estudo de caso, fez-se necessária, inicialmente, uma pesquisa documental em fontes secundárias, a partir de pesquisa em diferentes edições do Jornal Coopavel, informativo mensal da Coopavel Cooperativa Agroindustrial, em circulação desde novembro de 1976.

Fez-se uso também de dados primários, por meio de entrevistas semiestruturadas com gestores da Unicoop (Universidade Corporativa da Coopavel - órgão responsável pelas ações de inserção das mulheres no agronegócio). Tal estratégia teve o intuito de obter um maior número possível de informações acerca das ações utilizadas pela Coopavel para a inserção feminina no agronegócio. Além disso, para a elaboração do perfil da mulher que reside em áreas rurais, foram utilizados dados disponibilizados pelo DIESE (2011) e IBGE (2011).

4 Resultados e discussões

Os resultados obtidos no presente estudo subdividem-se, por questões metodológicas e para fins estruturais, em duas partes: primeiro, um breve delineamento do perfil das mulheres residentes nas áreas rurais brasileiras; e num segundo momento, a apresentação do caso de uma Cooperativa Agroindustrial situada na Região Oeste do estado do Paraná que desenvolve programas específicos à inserção feminina no *agribusiness*.

4.1 Delineamento do perfil das mulheres residentes nas áreas rurais do Brasil

Inicialmente cabe apontar o atual cenário do setor agrícola brasileiro para melhor posicionar a participação feminina nesse contexto. São diversos os fatores que se coadunam, latentes ou não, cuja abordagem é importante quando se fala sobre a participação da mulher

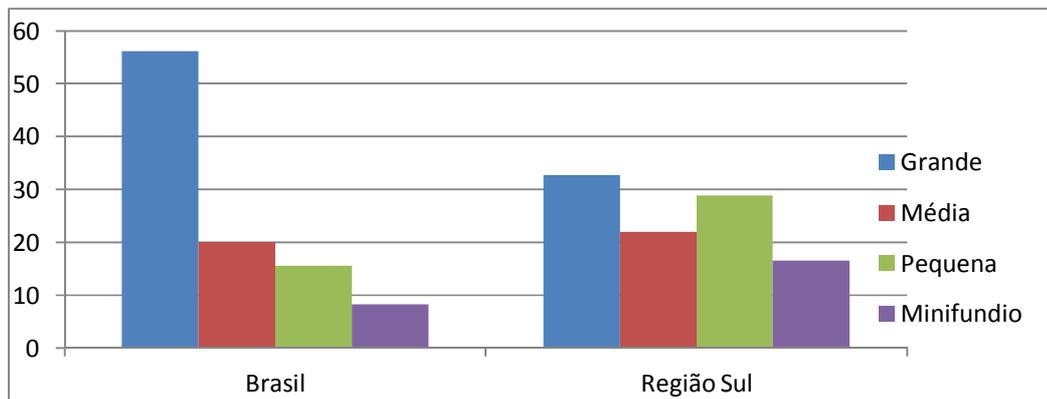
nesse setor, tais como: a distribuição dos imóveis rurais, a questão da escolaridade, o número de filhos das mulheres, entre outros aspectos, que impactam na inserção da mulher no *agribusiness*.

Assim, o primeiro aspecto a ser abordado, diz respeito à distribuição da área total dos imóveis rurais por categoria Brasil e Região Sul. Isso porque é sabido que a participação feminina ainda ocorre como “ajuda” às atividades tidas como masculinas e a pequenos afazeres do campo. Estudos como o de Karam (2004) destacam que as mulheres participam mais ativamente na agricultura familiar, são as principais agentes da agricultura familiar brasileira, atuando com menor intensidade em propriedades maiores.

Em termos de Brasil, a maioria dos imóveis rurais é de grande porte, situação que se altera positivamente à atuação feminina se comparada com a realidade da Região Sul - onde o presente estudo foi desenvolvido – em que o número de propriedades de porte grande, média, pequena e minifúndio se aproximam.

Tais dados podem ser melhor visualizados no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Distribuição da área total dos imóveis rurais por categoria Brasil e Região Sul (em %) – 2009



Fonte: Estatística do meio rural – DIESE (2011)

Primeiramente, vale destacar que o minifúndio refere-se a um imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal; já as propriedades de pequeno, médio e grande porte referem-se a imóveis rurais com área, respectivamente, entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais, superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais e, superior a 15 (quinze) módulos fiscais.

Em relação ao perfil da população brasileira, em 2009 era predominantemente urbana, correspondendo a 84% da população, enquanto apenas 16% residiam nas áreas rurais. Nas áreas urbanas, as mulheres representavam maior número, sendo 52%, já nas áreas rurais havia predominância masculina, com 52,1% de homens e 47,9% de mulheres.

No tocante a faixa etária da população rural, os dados apontam para uma maior incidência populacional na faixa de 40 a 59 anos (6.685 pessoas); depois seguem as pessoas na faixa de 25 a 39 anos, correspondendo a um número de 6.438 pessoas; essa relação é inversamente proporcional à população urbana (DIESE, 2011).

No que se refere a escolaridade, a população rural encontra-se em situação de desvantagem em relação a urbana, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1 - Distribuição da população por grupos de anos de estudo, segundo local de residência - Brasil 2009 (em %)

Local de residência	Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 2 anos	3 a 4 anos	5 a 6 anos	7 a 8 anos	9 a 10 anos	11 a 12 anos	13 a 14 anos	15 anos ou mais
Urbana	7,7	5,6	16,3	11,5	14,3	7,6	25,1	3,3	8,5
Rural	20,3	12,2	25,4	13,0	11,5	5,4	10,2	0,6	1,4

Fonte: Estatística do meio rural – DIESE (2011).

Outro fator evidenciado diz respeito ao grau de instrução das mulheres rurais (Quadro 2), que demonstra que, a exemplo das áreas urbanas, é relativamente maior que a dos homens. Destarte que, quanto maior o grau de instrução, o contingente feminino fica mais evidente.

Quadro 2 - Estimativa da população residente na área rural por sexo e grupos de anos de estudo - Brasil 2009 (em%)

SEXO	Sem instrução e menos de 1 ano	Primeiro grau	Segundo grau	Ensino superior	Total
Homens	8	77,1	12,9	2,1	100%
Mulheres	8	71,4	16,5	4	100%

Fonte: Estatística do meio rural – DIESE (2011).

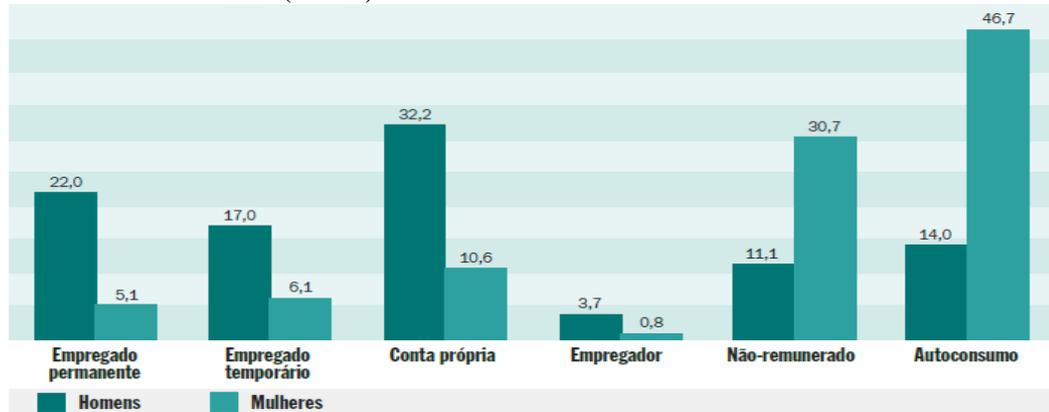
Em termos regionais, as mulheres residentes na Região Sul do país possuem o melhor índice de qualificação do país (5,7 anos de estudo). Na sequência têm-se as mulheres da Região Centro-Oeste com 5,6 anos e as da Região Sudeste com 5,5 anos (IBGE, 2011).

No entanto, um dos aspectos que dificulta a inserção feminina nas atividades rurais diz respeito ao número médio de filhos por mulheres da área rural, que é muito superior ao das mulheres da área urbana: 24,5% das residentes em áreas rurais possuem seis filhos ou mais (IBGE, 2011). Esse fato inibe o acesso das mulheres às atividades de gerenciamento da propriedade uma vez que o tempo gasto com o cuidado dos filhos e do próprio lar inviabiliza o desenvolvimento de demais atividades.

O aspecto da baixa qualificação aliado ao número de filhos das mulheres em áreas rurais pode justificar, o ainda, reduzido número de mulheres responsáveis pelos domicílios em áreas rurais, apenas 18%. Destaca-se que em áreas urbanas esse percentual é de 36,3%. Além disso, apenas 37,9% das mulheres rurais são economicamente ativas (IBGE, 2011).

Outro aspecto em destaque diz respeito à ocupação das mulheres trabalhadoras rurais, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Distribuição do pessoal ocupado na agropecuária por posição na ocupação, segundo sexo - Brasil 2009 (em %)



Fonte: Estatística do meio rural – DIESE (2011).

Os índices demonstram que a maior participação da mulher ainda é no trabalho não remunerado e no autoconsumo; enquanto isso, no que refere ao emprego permanente, temporário, conta própria e empregador, os homens continuam sendo majoritários.

Dessa forma, o elevado percentual de mulheres que não possui renda e que atua em atividades agropecuárias não pode ser desconsiderado nas análises sobre inserção das mulheres no agronegócio brasileiro. Os dados do IBGE (2011) apontam que 77,9% não possuem rendimentos, 9,7% recebem até meio salário mínimo; 6,8% de meio a um salário mínimo; 4,0% de 1 até 2 salários mínimos e apenas, 0,1% das trabalhadoras rurais recebem mais de 10 salários mínimos. Salienta-se que nesses percentuais incluem-se àquelas que trabalham em atividades rurais não agrícolas e representam comparativamente aos homens rendimentos de apenas 51,4%. Ou seja, desempenhando a mesma função, as mulheres recebem aproximadamente a metade do que recebe um trabalhador do sexo masculino.

Nesse contexto, atenta ao atual perfil das mulheres rurais e ciente da importância da participação feminina para o crescimento e desenvolvimento do agronegócio, a Coopavel passou a elaborar uma série de ações para desenvolver o potencial dessas mulheres e melhor posicioná-las nos cenários local, regional e nacional do *agribusiness*.

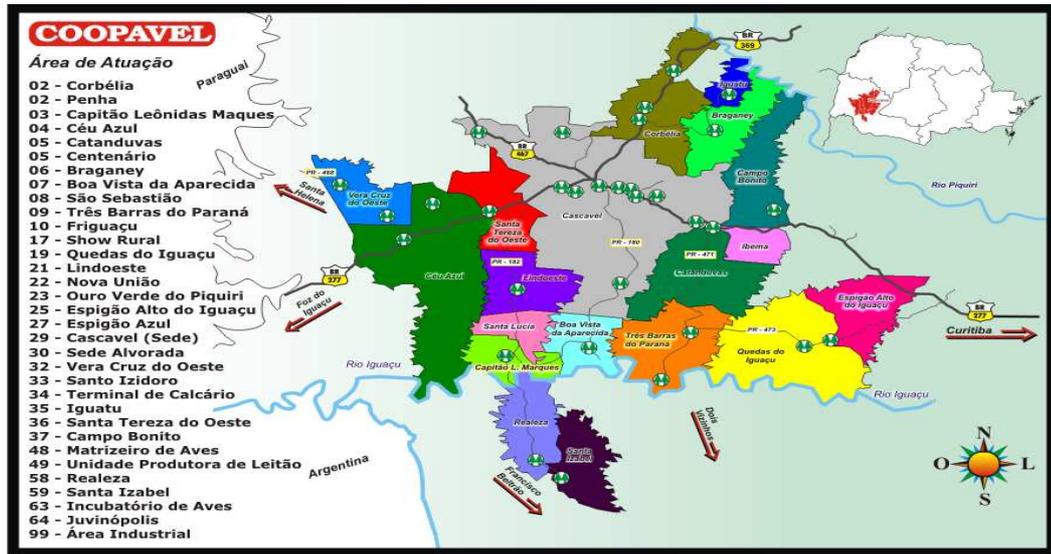
Assim, entende-se que o estudo de caso da cooperativa vem ao encontro com o objetivo deste estudo, qual seja, identificar e compreender o processo de inclusão e participação das mulheres no agronegócio do Oeste paranaense.

4.2 Caracterização geral da Coopavel

A Coopavel - Cooperativa Agroindustrial de Cascavel é uma empresa baseada no cooperativismo e ligada ao agronegócio, possui sua sede na cidade de Cascavel, no oeste paranaense.

Fundada em 15 de dezembro de 1970 por 41 agricultores, com a denominação de Cooperativa Agropecuária e Industrial de Cascavel, a Coopavel expandiu seus negócios nas últimas 4 décadas, multiplicando seu número de cooperados e de colaboradores. Atualmente a Coopavel tem 4.652 funcionários, um quadro associativo composto por 3.457 cooperados, destes, 13% são mulheres, 86,3% são homens e 0,7% de pessoas jurídicas. Além disso, possui 24 filiais instaladas em 18 municípios das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Sua área de abrangência pode ser visualizada na Figura 2.

Figura 2 – Área de abrangência da Coopavel



Fonte: Coopavel (2012)

A Coopavel possui ainda, unidades de pesquisa, ensino, laboratórios, incubadoras, além de um parque de produção composto por 11 indústrias, que recebem os produtos *in natura* dos associados e os processam para posterior comercialização, a citar: Frigorífico de Suínos – abate 1.000 suínos/dia; Frigorífico de Bovinos – abate 200 bovinos/dia; dois Frigoríficos de Aves – abatem 200 mil frangos/dia; Indústria de Laticínios – processa 60 mil litros de leite ao dia; Indústria de Ração Bovina – processa 15 mil toneladas de ração ao ano; duas Indústrias de Ração de Aves e Suínos - processam 300 mil toneladas de ração ao ano; uma Indústria de Esmagamento de Soja – processa 260 mil toneladas de soja ao ano; Indústria de Fertilizantes – processa 200 mil toneladas ao ano; Indústria de Embutidos de Carne – processa 7.000 toneladas ao ano; e Moinho de Trigo - capacidade para processar 400 toneladas ao dia (COOPAVEL, 2012).

Conta também com uma estrutura de apoio e controle para o processamento e logística dos produtos industriais e *in natura*: Universidade Corporativa – capacidade de atendimento 20 mil pessoas ao ano; Unidade de Beneficiamento de Sementes - produz 250 mil sacas/ano; Matrizeiro – que produz 46 milhões de ovos ao ano; Incubatório – produz 59 milhões de pintainhos ao ano; Unidade de Produção de Leite - produz 70 mil Leiteiros ao ano; Unidade de Produção de Leite – para 300 mil Leiteiros ao ano (em construção); unidade de distribuição de calcário – capacidade de 60 mil ton. ao ano; Laboratório de Controle de Qualidade e Frota de Caminhões – 240 caminhões próprios (COOPAVEL, 2012).

Em função do moderno parque industrial e da participação dos associados nas ações da empresa, em 2012, o faturamento anual da cooperativa foi de aproximadamente 1 bilhão de reais. Vale dizer que 75% deste montante é resultante da produção industrial, destinada ao território nacional e à exportação para a Europa, Oriente Médio, Ásia e África (COOPAVEL, 2012).

A Coopavel é responsável também pela organização do Show Rural Coopavel, evento que objetiva informar os produtores rurais sobre as novas tecnologias de produção agrícola e pecuária disponíveis no mercado, voltadas ao aumento de produtividade de pequenas, médias e grandes propriedades rurais. Além disso, o evento procura apresentar novas alternativas de produção em consórcio com o meio ambiente.

O evento que começou como um dia de campo em 1988, tornou-se uma das maiores feiras agrícolas do Brasil e referência mundial na área. Uma das mais importantes contribuições do Show Rural Coopavel é ter se tornado um espaço em que as principais empresas mundiais de pesquisa e de equipamentos lançam novos produtos e tecnologias, antecipando com exclusividade as tendências para o agronegócio. Na edição de 2012, o Show Rural obteve um público de aproximadamente 200.000 visitantes, recebendo comitivas de mais de 10 países da Europa, África, América do Norte e do MERCOSUL. Isso demonstra a credibilidade do evento e a busca dos agricultores por novas técnicas e tecnologias para exercerem suas atividades e ampliarem sua lucratividade (COOPAVEL, 2012).

A Cooperativa possui ainda, um veículo de comunicação próprio, o “Jornal da Coopavel”, informativo mensal que os próprios jornalistas da cooperativa desenvolvem para que os seus associados e a comunidade fiquem informados sobre as principais ações da cooperativa, bem como de novas tendências e lançamentos voltados ao agronegócio. Vale salientar que o jornal está em circulação desde novembro de 1976.

4.3 A participação da mulher nas atividades rurais e sua inserção no agronegócio: o caso da Coopavel

A Coopavel, preocupada com o desenvolvimento pessoal e profissional dos associados e funcionários e, ciente da importância da valorização do conhecimento como base de sustentação da empresa, criou, em 25 de julho de 2000, a Unicoop – Universidade Corporativa Coopavel, a primeira do setor cooperativo e uma das primeiras do Brasil.

A Unicoop objetiva desenvolver uma estrutura educacional voltada para as necessidades da cooperativa, a partir da disponibilização de conhecimentos aos colaboradores, associados e familiares, capacitando e aperfeiçoando-os nas mais diversas categorias profissionais (COOPAVEL, 2012).

A Unicoop, de acordo com Grolli (2005), tem a função de aumentar a competitividade com complementos específicos de conhecimento, capacitando seus profissionais, associados e familiares para os negócios. O autor ressalta que, a universidade corporativa consegue impor novas ideias, que geram efeitos positivos diretos para a região em que a cooperativa está inserida e de forma indireta para todo o país.

Os cursos ofertados pela Unicoop são variados e buscam atender as distintas demandas da cooperativa; oferta, por exemplo, cursos de administração rural, de matemática financeira que versa sobre controle de custos na empresa e nas propriedades, além de cursos técnicos sobre produção de leite, de aves e de suínos. Outra frente de ação é a oferta de cursos de Pós-graduação *lato sensu*, que em parceria com uma instituição de ensino superior da cidade de Cascavel ofertam qualificação ao quadro funcional da Coopavel. A Universidade Corporativa disponibiliza também um ônibus, denominado Unicoop Móvel, que circula em todas as filiais da cooperativa, levando os mais diversos cursos de interesse das famílias dos associados e facilitando acesso dos interessados (GROLLI, 2005).

A partir de 2009, as gestoras da Unicoop, percebendo o crescente número de mulheres que negociavam com a cooperativa, passam a focar ações para o público feminino, tanto para as associadas quanto para as esposas de associados. Destaca-se que até essa data os cursos ofertados especificamente às mulheres ficavam restritos a qualificações eminentemente femininas, como: artesanatos, técnicas de produção de doces caseiros, através do aproveitamento de matérias-primas existentes nas propriedades, cursos de culinária, entre outros.

Assim, a Unicoop passou a ofertar capacitações específicas ao público feminino, tanto para as 438 associadas quanto para as esposas de sócios. Nestas oportunidades são abordados

aspectos que vão desde noções de gestão de propriedade rural, desenvolvimento pessoal, relacionamento interpessoal, desenvolvimento pessoal, qualidade de vida e autoestima, além de permanecer com os cursos de produção de alimentos e artesanatos.

Tais capacitações ocorrem muitas vezes nas filiais da Coopavel, distribuídas em 18 municípios da Região Oeste e como a participação das mulheres é voluntária, contam com o empenho dos gerentes das unidades para realizar o convite e motivá-las a participar dos cursos. Em outros momentos, e dependendo da natureza da capacitação, os cursos são realizados na própria sede da Unicoop, em Cascavel. Quanto à carga horária, dependendo da natureza da qualificação e do conteúdo a ser ministrado, são ofertadas palestras com 2 horas ou treinamentos com carga horária de 4 ou 8 horas/dia.

Em 2012, entre os diversos cursos ofertados e encontros organizados às mulheres destacam-se: Saúde da mulher; Controle de orçamento familiar; Mulher Atual; Desenvolvimento comportamental; Qualidade de vida familiar; Desenvolvimento pessoal; Encontro de mulheres cooperativistas Coopavel; Encontro estadual de lideranças femininas; Curso de relacionamento humano; Curso de Oratória; Aprimoramento Pessoal; Nutrição; Cooperativismo; Produção artesanal em alimentos/ morango; Produção artesanal de alimentos/ panificação; Família e qualidade de vida; Curso básico em soja; Curso de derivados do milho e Cursos de derivados da mandioca.

De acordo com Beletini (2012) os resultados das ações envolvendo as mulheres logo se tornaram perceptíveis: muitas delas, mesmo vivendo longo tempo voltadas apenas para o universo familiar e restritas ao contexto da propriedade, descobriram novos valores, elevaram a autoestima e melhoraram sua qualidade de vida. Esses resultados satisfatórios podem ser confirmados pelos depoimentos de mulheres constantes no Jornal da Coopavel.

Um dos depoimentos em destaque é o de Alba Tormense, que afirma em reportagem ao jornal supra citado que “morar no sítio era viver ali no seu pedaço de terra para sempre, sem contato com a sociedade” (TORMENSE, 2012, *apud* GUERRA, 2012d, p. 6). Outra esposa de associado, Mariza Lorenzato Boni, afirma em entrevista cedida ao referido jornal que pensava que sua vida se resumia em cuidar dos filhos e da casa. “Nem o jornal da cooperativa eu lia, simplesmente o guardava na gaveta. Hoje leio todas as reportagens, quero estar por dentro do que está acontecendo e descobri que isso me ajuda muito” (BONI, 2012, *apud* GUERRA, 2012d, p. 6).

Os inúmeros depoimentos constantes no Jornal da Coopavel comprovam uma maior inserção e participação das mulheres nas atividades rurais. Relatos dão conta que a partir dos cursos e palestras, as mulheres estão descobrindo novos valores, em si mesmas e nos amigos e que também passaram a ser mais valorizadas. “Hoje elas descobriram que também podem ter qualidade de vida. Aprenderam a participar das ações da cooperativa e do trabalho realizado na propriedade. Pensam mais, conversam melhor com os esposos e dão sugestões mais coerentes sobre as atividades” (GUERRA, 2012d, p. 08). “Os cursos abriram um leque na minha vida, pois eu estava fechada para o mundo” (TORMENSE, 2012, *apud* GUERRA, 2012d, p. 06). “Foi como sair de um casulo”, afirma Mariza Lorenzato Boni que passou a se sentir parte de um grupo que descobriu que tem valor (BONI, 2012, *apud* GUERRA, 2012d, p. 6).

Ainda, de acordo com Guerra (2012b) as mulheres que participam das capacitações, em sua maioria, passam a gostar mais do sítio, a se sentir melhor no lugar onde vivem e procuram agregar experiências em todas as oportunidades. Além disso, a melhora na autoestima das mulheres tem reflexo positivo tanto nas atividades rurais quanto no próprio lar e no relacionamento com o esposo, o que pode ser comprovado pelo depoimento de uma das participantes dos cursos promovidos pela Unicoop e relatado no Jornal da Coopavel: “Antes eu era acomodada, não me interessava pelas coisas da cooperativa e da lavoura. Agora me tornei até associada e acompanho tudo. Quero saber como as coisas funcionam, os tipos de

insumos que estão sendo usados na safra, passei a participar das decisões” (ROSA, 2012, *apud* GUERRA, 2012b, p.10).

No entanto, para que as ações voltadas ao público feminino obtivessem maior êxito, a Unicoop percebeu a importância do envolvimento da família e, principalmente, dos esposos que estavam participando das capacitações. A inserção feminina nas atividades rurais requer antes de tudo, uma mudança comportamental e cultural dos próprios homens, em sua grande maioria, chefes de família. Cabe salientar que dados do IBGE (2011) apontam que apenas 23% dos lares rurais são gerenciados por mulheres. Assim, visando maior reconhecimento das mulheres rurais, a Unicoop passou a desenvolver ações para casais de associados, os chamados “Encontros com os casais” abordando questões sobre relacionamento familiar, cooperativismos e gestão rural.

Os resultados desses encontros também podem ser perceptíveis nos depoimentos constantes no Jornal da Coopavel. Para Guerra (2012b, p. 06) “os maridos, que participam juntos dos encontros para casais, também passaram a apoiar as mulheres, a frequentar os eventos”. Cabe registrar também, o depoimento de outra participante, a senhora Jusalei Santos, que afirma: “Além da autoestima que todas nós recuperamos, a gente aprende a planejar o trabalho e a ser atuante, trabalhando em parceria com o marido e com a família nas ações da propriedade.” (SANTOS, 2012, *apud* GUERRA 2012b, p. 05).

Outro relato importante a ser mencionado é o caso de uma agricultora, que devido as ações da Unicoop voltadas ao desenvolvimento feminino, transformou-se em empreendedora, montando uma agroindústria rural de aproveitamento de tomate. De acordo com Guerra (2012c) a agricultora e atual empreendedora que temia sair de casa de vergonha e medo que as pessoas lhe criticassem por sua simplicidade no modo de ser e de se vestir, hoje viaja pelo Brasil, participando de feiras e eventos da área. A empreendedora atribui seu sucesso pessoal e empresarial aos cursos que faz por intermédio da Unicoop.

Além de cursos e palestras para as mulheres, esposos e familiares, a Unicoop, avaliando positivamente as ações de inserção feminina no agronegócio, realizou, no primeiro semestre de 2012 um evento denominado 1º Encontro de mulheres cooperativistas, reunindo aproximadamente 600 mulheres, associadas à Coopavel, esposa e filhas de associados. O evento, além de propiciar novos conhecimentos visava também propiciar a inserção social das participantes. Destarte que a Unicoop também estimula e possibilita a participação das mulheres em eventos dessa natureza no âmbito regional e estadual, a exemplo do Encontro Estadual de Lideranças Cooperativistas Femininas (BELETINI, 2012; GUERRA, 2012b).

Outra forma de inserção feminina nas atividades rurais encontradas pela Unicoop é por meio da participação das mulheres no Show Rural Coopavel. Na edição de 2012, as mulheres associadas e esposas de sócios (570 participantes) foram divididas em grandes grupos, e uniformizadas, foram convidadas a conhecer as novidades do agronegócio e participar de palestras, com foco na valorização da autoestima feminina. O objetivo desta ação da Unicoop foi valorizar a participação das mulheres com base no cooperativismo e mostrar a importância da família em buscar conhecimento e trabalhar unida na propriedade, podendo assim implantar novas tecnologias, de forma coletiva (GUERRA, 2012a).

Dessa forma, acredita-se que as ações da Unicoop voltadas às mulheres rurais tem repercutido de forma positiva, tanto para a elevação da autoestima, quanto na maior inserção das mulheres na gestão das propriedades, o que é tendência mundial. Tais ações repercutem positivamente também para a própria Coopavel, que tem em seu quadro de associados produtores rurais mais capacitados e fiéis à cooperativa, pois a maior participação e envolvimento de número de membros da família com a cooperativa, impacta positivamente no que tange a entrega da produção à Coopavel e a fidelização dos cooperados.

Considerações finais

O objetivo principal deste estudo foi identificar e compreender o processo de inclusão e participação das mulheres no agronegócio do Oeste paranaense e, para isso, utilizou-se o estudo de caso da Coopavel - Cooperativa Agroindustrial de Cascavel.

Como todo e qualquer trabalho científico, este também não está isento de limitações. A principal delas refere-se à escassez de ações voltadas à temática e um aporte teórico que o embasa. Entretanto, esta é uma limitação de cunho metodológico e não uma limitação prática, haja vista que as ações voltadas à inserção da mulher no agronegócio realmente existem. Assim, pode-se dizer que a limitação deste trabalho faz parte do processo de construção do conhecimento sobre o assunto.

Com o término da pesquisa, percebe-se que a crescente evolução da participação feminina no mercado de trabalho, bem como, a importância da inserção feminina em todos os setores da economia são fatos comprovados, tanto pelos índices apontados por agências governamentais, quanto pelos inúmeros estudos desenvolvidos por pesquisadores das questões de gênero. No entanto, são muitos os desafios e dificuldades enfrentadas pelas mulheres na conquista de um espaço no mercado de trabalho, principalmente em relação às questões culturais do papel assumido pela mulher, de mãe e “dona de casa”, aliado ao trabalho formal, remunerado e cujas vagas são ocupadas predominantemente por homens.

Assim sendo, o trabalho feminino, quer seja na agricultura, indústria, comércio, ou setor de serviços, contribui para a prosperidade das famílias, desenvolvimento integral das pessoas e crescimento econômico. Porém, quando se abordam questões relativas ao trabalho feminino no agronegócio, em função da sua informalidade, depara-se com dificuldades de mensuração, ou seja, é difícil enquadrá-lo em modelos econômicos, como o cálculo do PIB. Isto o torna, muitas vezes, invisível na elaboração de políticas públicas e mesmo na definição de estratégias das agroindústrias para o fomento das atividades do *agribusiness*. Neste aspecto, sugerem-se esforços de pesquisa para trabalhos futuros. Recomenda-se a inclusão de tais índices em modelos econômicos, para melhor acompanhamento do processo de inclusão e participação feminina no agronegócio.

Aliadas ao aspecto da “invisibilidade” tem-se ainda defasagens sociais, lacunas na educação e no treinamento, bem como a falta de acesso aos serviços financeiros e aos recursos produtivos, como as principais barreiras à atuação mais efetiva das mulheres rurais. Tais barreiras colocam as mulheres do campo em desvantagem em relação a sua entrada e engajamento no mercado agrícola e seu desenvolvimento como gestoras e empreendedoras nos distintos negócios agropecuários.

Nesse cenário, destaca-se a importância das ações desenvolvidas pela Coopavel, no sentido de propiciar condições necessárias a inserção feminina no agronegócio e, conseqüente, eliminação das barreiras acima descritas. Os relatos obtidos no presente artigo corroboram com a premissa de estudiosos do setor, como Karam (2004), Heredia e Citrão (2006), em relação à importância da participação feminina no agronegócio. É possível inferir que a presença das mulheres no agronegócio é uma tendência e os ganhos em termos de competitividade e produtividade tendem a aumentar com a maior participação e engajamento das mulheres nas distintas atividades agrícolas, tanto na produção quanto no gerenciamento.

Enfim, mesmo que a verdadeira contribuição feminina para a produção econômica agrícola ainda é às vezes subestimada, o considerável progresso conseguido em relação a inserção da mulher no agronegócio e integração da dimensão do gênero nas estatísticas agrícolas, é visível e crescente. Assim sendo, o desenvolvimento de programas - a exemplo da Coopavel - mostra a importância do trabalho feminino para o desenvolvimento rural. Ao mesmo tempo, tais projetos descortinam um cenário pouco explorado por gestores, autoridades do setor e órgãos governamentais, no sentido de conceberem programas e

políticas que permitam às mulheres se mover ao longo da cadeia de valor, acessando mercados e contribuindo para o crescimento econômico do agronegócio.

Referências

BELETINI, D. **Entrevista concedida às autoras do artigo na sede da Unicoop – Coopavel**, Cascavel, em 13 de dezembro de 2012.

BRUMER, A.; FREIRE, N. M. S. O trabalho da mulher na pequena produção agrícola. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Ano XI/XI, p. 305-322, 1983/1984.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez., 2007.

CIELO, I. D.; ALVES, L. R LIMA, J. F. de. Mapeamento do emprego formal feminino no estado do Paraná. **Revista UEPG**, Ponta Grossa, v. 19, p.59-70, jan./jun. 2011.

CIRILLO, B. **Cresce a participação da mulher na produção de alimentos, como café**. 2012. Disponível em: <<http://www.panoramabrasil.com.br/empresas-e-negocios/cresce-a-participacao-da-mulher-na-producao-de-alimentos,-como-cafe-id84215.html>> Acesso em: 10 de dez. 2012.

CIROLINI, V; NORO, G. de B. **A participação da mulher na gestão das cooperativas: um estudo realizado na Cotricel**. 2008. Disponível em: <<http://sites.unifra.br/Portals/36/Sociais/2008/02.pdf>> Acesso em: 10 de dez. 2012.

COOPAVEL. **Histórico**. 2012. Disponível em: <<http://www.coopavel.com.br>>. Acesso em: 10 de dez. 2012

Estatísticas do meio rural 2010-2011. 4.ed. / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Ministério do Desenvolvimento Agrário. São Paulo: **DIEESE**. 2011.

FAO - Food and Agriculture Organization. **Igualdade de gênero**. 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/012/i0765pt/i0765pt10.pdf>> Acesso em: 10 dez. 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer uma pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GROLI, D. Unicoop – educação corporativa chega às cooperativas. **Revista FAE BUSINESS**, n. 12, set. 2005.

GUERRA, L. T. A oportunidade delas. **Jornal da Coopavel**. Abril de 2012a, Ed 363. Disponível em: <<http://www.coopavel.com.br/informativo/jornal/abr12.pdf>>. Acesso em: 10 de dez. 2012.

GUERRA, L. T. Conhecimento, interação social, entretenimento. Estes são os pontos altos dos eventos da Unicop, focados no público feminino. **Jornal da Coopavel**. Junho de 2012b, Ed 365. Disponível em: < <http://www.coopavel.com.br/informativo/jornal/jun12.pdf>>. Acesso em: 10 de dez. 2012.

GUERRA, L. T. De dona de casa à empreendedora industrial. **Jornal da Coopavel**. Julho de 2012c, Ed 366. Disponível em: < <http://www.coopavel.com.br/informativo/jornal/jul12.pdf>>. Acesso em: 10 de dez. 2012.

GUERRA, L. T. A descoberta de novos valores. **Jornal da Coopavel**. Agosto de 2012d. Ed 367. Disponível em: < <http://www.coopavel.com.br/informativo/jornal/ago12.pdf>>. Acesso em: 10 de dez. 2012.

HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO. R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista NERA**, n. 8, p.1-28, Jan./Jun, 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base de Dados: IBGE Cidades@**. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 jan. 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Salário das mulheres permanece 28% inferior ao dos homens**. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 de dez. 2012.

INCRA. Instrução especial nº 20, de 28 de maio de 1980. **Estabelece o Módulo Fiscal de cada Município, previsto no Decreto nº 84.685 de 06 de maio de 1980**. Aprovada pela Portaria/ MA 146/80 - DOU 12/6/80, Seção I p. 11.606.

KARAM, K. F. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Rev. Estudos Feministas**. v. 12, n. 1, Florianópolis, jan/abr, 2004.

LAZZARINI, S. G. Estudos de caso: aplicabilidade e limitações do método para fins de pesquisa. **Economia e Empresa**, v. 2, n. 4, p. 17-26, 1998.

MESQUITA, G. R. I. **Particularidades do trabalho agrícola da mulher**: revisão da literatura. 2012. Disponível em: <http://ppgca.vet.ufg.br/uploads/67/original_PARTICULARIDADES_DO_TRABALHO_AGRICOLA_DA_MULHER.pdf?1353349531> Acesso em: 10 de dez. 2012.

MOURÃO, P. **Organizações Produtivas de Mulheres Rurais**. Instituto Interamericano de Cooperação para agricultura, IICA: São Paulo, julho 2011.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro: SBPC, v. 5, n. 28, p. 64-70, jan./fev. 1987.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO MUNDIAL. **Agricultura para o desenvolvimento**. 2008. Disponível em:<<http://wdronline.worldbank.org/worldbank/a/langtrans/28>>. Acesso em: 10 de dez. 2012.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ROSA, J. C. da. **Mulheres Crescem na Gestão do Agronegócio**. 2012. Disponível em: <<http://i-uma.edu.br/blog/2012/08/mulheres-crescem-na-gestao-do-agronegocio/>> Acesso em: 10 de dez. 2012.

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - PR. **Mulher:** presença obrigatória no crescimento da agropecuária. Disponível em: < <http://www.senarpr.org.br>> Acesso em: 10 de dez. 2012.

VIDAL, D. L. Diversidade tipológica do manejo rural feminino no semiárido brasileiro. **Revista Archivos de Zootecnia**, Córdoba, v.60, n. 232, p.1149-1160, fev. 2011.

ZYLBERSZTAJN, D. Coordenação do Agribusiness e Custos de Transação. In: **Estruturas de Governança e Coordenação do Agribusiness:** Uma Aplicação da Nova Economia das Instituições. Tese (Livre Docência), Departamento de Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. p. 134-194. São Paulo, 1995.